Acervo ISA

Instituto Documentação Ambiental
Fonte Ambiente Hoje Nº 61 (V, X)
Data Março / 1999 Pg 11
Class. UC-PPF 94

Sem dinheiro fica impossível concluir zoneamento da APA-Sul

Ainda não é possível dizer quando começam os trabalhos de zoneamento ambiental da APA-Sul (Área de Proteção Ambiental -Sul), situada na Região Metropolitana de Belo Horizonte. As discussões para a sua criação tiveram início em 1992, tendo sido oficializada dois anos depois, em 09/06/94, pelo então governador Hélio Garcia, com um prazo de 18 meses para realização do zoneamento. Passaram-se mais sete anos e nada. O entrave é um velho conhecido no desenvolvimento de projetos governamentais: falta de verba.

"Tentamos inicialmente buscar recursos de várias fontes, do Tesouro do Estado, de compensação ambiental de empresas privadas e do Prosam (Programa de Saneamento Ambiental das Bacias dos Ribeirões Arrudas e Onça). Depois conseguimos inserir todo o recurso dentro do Prosam, mas tivemos dificuldades nos entendimentos com o Banco Mundial, o que tornou o processo ainda mais demorado", afirma Francisco Mourão, gerente do Conselho Consultivo da APA-Sul.

O dinheiro agora está retido por causa da paralisação do repasse de verbas ao Estado de Minas Gerais, uma retaliação do Governo Federal ao Estado por causa da moratória decretada pelo Governo Itamar Franco, seguida pelo Banco Mundial. Depois que a verba for liberada, o zoneamento deverá ser concluído em sete meses. Por não concordar que as desavenças políticas entre os governos estadual e federal devam prejudicar projeto de tamanha importância, Amda, IAB (Instituto de Arquitetos do Brasil), Somma (Sociedade Mineira de Pesquisa do Manejo e Reprodução da Fauna Silvestre) e AMA-Macacos encaminharam recentemente uma correspondência ao Banco Mundial, solicitando a liberação da verba.

Mourão salienta algumas ações já concretizadas, como a implantação da sede do escritório central da APA-Sul junto à sede do Parque Estadual da Serrra do Rola Moça. A instalação física foi concluída, mas falta ainda a infra-estrutura. "Estamos implantando um grupamento de polícia florestal na área, com sistema de rádio comunicação e brigadas de combate a incêndios, com recursos do Tesouro do Estado e do Fundo de Compensação por Áreas Inundadas, repassados pelo Ministério do Meio Ambiente, da ordem de R$ 2 bilhões", afirma.

A Apa-Sul abrange parte das bacias dos rios das Velhas, Paraopeba e Piracicaba, numa área total de 165 mil ha, que envolve áreas de 13 municípios: Belo Horizonte, Ibirité, Sarzedo, Mário Campos, Nova Lima, Raposos, Rio Acima, Brumadinho, Caeté, Barão de Cocais, Santa Bárbara, Catas Altas e Itabirito. Todos estes municípios são vítimas do desenvolvimento muitas vezes desordenado de atividades minerárias, além da expansão da malha urbana, prática de trail, lançamento de esgotos domésticos e uso de agrotóxicos.

Quando o zoneamento for finalizado, a região passará a ser protegida de uma forma diferenciada. Não se pretende fechar a área para investimentos econômicos, mas definir regras racionais para a sua exploração.

Morosidade

Após inúmeras reuniões do Conselho Consultivo da APA-Sul e verbas prometidas, o zoneamento simplesmente não está concluído. "Posso estar sendo injusta, mas na minha opinião não houve esforço para se concluir o zoneamento", afirma Yara Landre Marques, arquiteta urbanista, que representou a Seplan no Conselho até o final do ano passado.

"Pensa-se no zoneamento de uma forma acabada, quando já se tem diretrizes fragmentadas prontas que deveriam ser consolidadas, como normas de ocupação do solo urbano, atividade minerária, agrossilvopastoril, relações econômicas, entre outras", critica Yara Marques. Mourão não concorda com a crítica e informa que o zoneamento inicia-se justamente pela consolidação dos trabalhos disponíveis. "Mas o Estado não tem estrutura para fazer isso sem o auxílio de consultores, cuja contratação está prevista no orçamento aprovado pelo Prosam", alega Francisco Mourão.

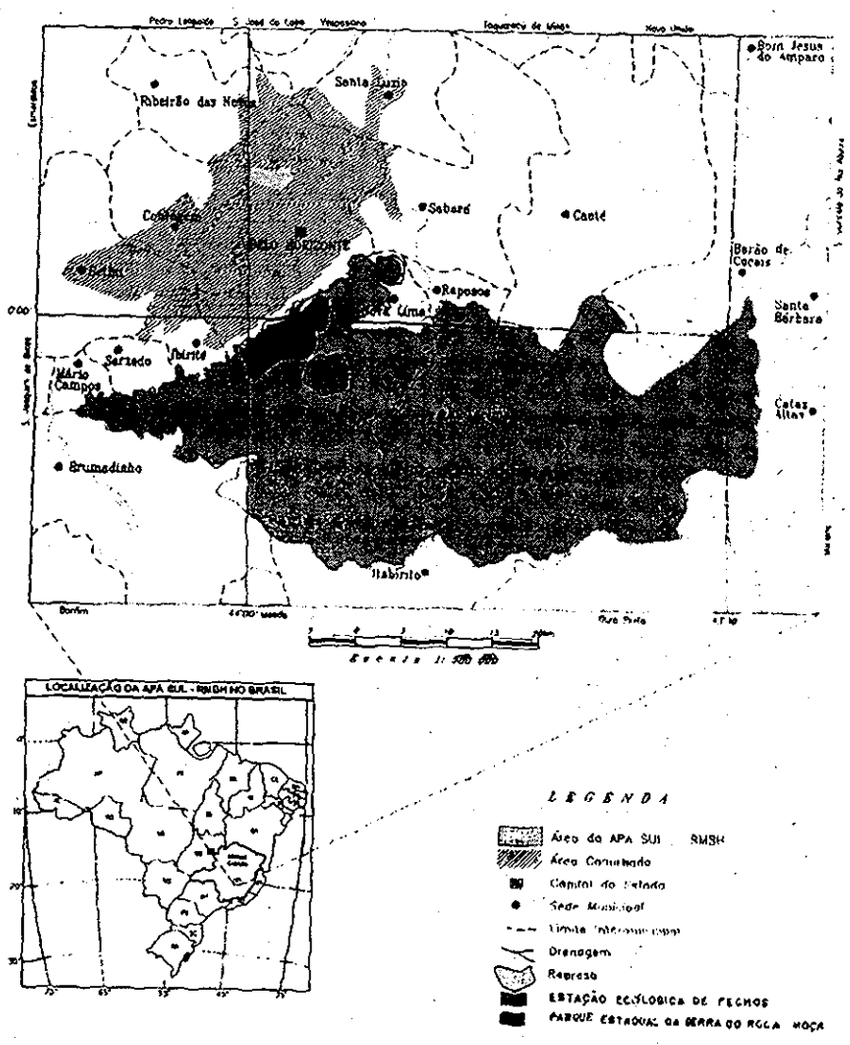
Segundo Mourão, o Conselho Consultivo, em caráter emergencial, estabeleceu uma série de diretrizes de uso e ocupação do solo, que foram encaminhadas à Semad, para serem institucionalizadas como deliberação normativa do Copam.

Licenciamentos fragmentados

Yara Marques ressalta que, enquanto o zoneamento não termina, o grande conflito da APA-Sul é o urbano, que não está sendo equacionado. "É um pedido aqui, outro ali, e cada um vai alterando a densidade populacional da área. O patrimônio natural ou construído não suporta o somatório desta densidade", afirma, criticando os licenciamentos ambientais isolados de empreedimentos na região.

"Os licenciamentos são avaliados individualmente, sem considerar as interfaces existentes entre eles. Não se usa a avaliação ambiental em sua plenitude, o que pressupõe uma avaliação do espaço onde o empreendimento se insere e os problemas dele advindos", afirma. O licenciamento do Condomínio Alphaville, já aprovado, e os licenciamentos em discussão da estrada de Nova Lima e da estrada da MBR são exemplos da visão fragmentada.

Mourão concorda com a crítica. "A Feam resistiu durante muito tempo em encaminhar os processos de licenciamento ambiental de empreendimentos na região da APA-Sul para discussão do Conselho, antes de serem avaliados pelo Copam. No caso do Alphaville, por exemplo, a Feam fez uso de uma prerrogativa da lei, considerou a parte do empreendimento que tem interferência no espelho d'água (aterro) como de impacto local e de reduzido porte, tendo sido favorável ao licenciamento, posteriormente aprovado pelo Copam". Os outros dois licenciamentos, a estrada de Nova Lima e a estrada da MBR, estão sendo analisados (se com atraso, pelo menos ainda em tempo!) pelo Conselho, que, para isso, decidiu criar grupos de trabalho.



MAPA DE LOCALIZAÇÃO
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL SUL- RMBH